

**Ata da 228ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do Cfess ocorrida por meio de
videoconferência, no dia 06 de junho de 2020, Gestão 2020-2023 –
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.***

1 No dia seis de junho de dois mil e vinte, reuniram-se, por meio de videoconferência
2 (Plataforma Teams), as conselheiras constantes da lista de presença em termo próprio, para
3 participarem da 228ª Reunião extraordinária do Conselho Pleno, conforme convocação, por
4 meio da Comunicação Interna Cfess nº 32/2020, de 27 de maio de 2020. Participaram da
5 reunião as Conselheiras Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria
6 Rocha (Conselheira vice-presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Kelly Melatti
7 (Conselheira 1ª tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira); Lylia Rojas
8 (Membra do Conselho Fiscal); Priscilla Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Alessandra
9 Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla Pereira
10 (Conselheira 2ª Suplente); Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª Suplente); Agnaldo
11 Knevitiz (Conselheiro 4º Suplente); Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório
12 (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); Eunice Damasceno
13 (Conselheira 8ª Suplente); Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente). A conselheira Daniela
14 Möller (Conselheira 2ª secretária) justificou sua ausência nesta data e a conselheira Priscila
15 Cordeiro teve que se retirar e não participou da sessão durante a parte da tarde. Presentes as
16 Assessoras Especiais Adriane Tomazelli, Zenite Boga e Cristina Abreu, quem por motivo de
17 força maior também se ausentou da parte da tarde. Participaram as Assessorias Jurídicas Érika
18 Medeiros, Sylvia Terra e Vitor Alencar, bem como Secretária Executiva Sandra Sempé e as
19 Assessorias de comunicação Rafael Werkema e Diogo Adjuto. No horário indicado, a
20 conselheira Elizabeth Borges registrou o início da 2ª (segunda) reunião do Conselho Pleno da
21 Gestão 2020-2023, dando as boas-vindas às pessoas presentes (conselheiras/o e assessorias),
22 indicando algumas reflexões suscitadas a partir da primeira experiência que foi o pleno
23 anterior do dia 30/05: ratificou a importância da relação política com os Regionais e, em que
24 pese, contarmos com várias conselheiras/o egressos de Cress, que há uma necessidade de
25 mudança na localização quando das análises das questões e demandas, pois nos caberá olhar a
26 totalidade do que chamamos de Conjunto Cfess-Cress, assim, teremos que cuidar dessa
27 parcimônia nesta relação. Destacou as questões regimentais avaliadas como urgentes durante
28 o processo de transição e na primeira reunião do Pleno, sendo as decorrentes da pandemia e as
29 ações organizativas da gestão – Secretaria e Tesouraria, como imediatas e continuadas. Foi

30 avaliado que somente um dia dedicado para a realização do Pleno é insuficiente, a partir disso,
31 foi proposto que as reuniões ordinárias sejam realizadas em 04 (quatro) dias e as
32 extraordinárias em 2 (dois) dias. Como decorrência, ela indicou que os debates e os
33 encaminhamentos do Pleno deverão primar pela objetividade e considerar o tempo, foco e a
34 disciplina. Ela destacou que algumas naturezas de informes e falas sobre convites recebidos
35 podem ser compartilhados por *e-mails* e debatidos nas Comissões, que devem enviar o prévio
36 resumo do que já debateram para as assessoras e secretárias responsáveis pelos registros no
37 Pleno. Após isso, foi lida e aprovada pelo Conselho Pleno pauta da 228ª Reunião do Conselho
38 Pleno. **Encaminhamento:** Esta pauta será enviada por Sandrá Sempé para a Comissão de
39 Comunicação publicar no *site* e no Portal Transparência do Cfess. Na sequência, foram
40 trazidos todos os informes, uma vez que a orientação de que para a reunião do Conselho Pleno
41 devem ser trazidos tão somente pontos que precisam de deliberação foi realizada momentos
42 antes. Com isso, foi comunicada a participação das conselheiras Beth Borges e Kelly Melatti
43 na reunião na Câmara dos Deputados Federais, com o Deputado Hélder Salomão, no dia
44 28/05 para tratar sobre uma articulação política como forma de pressionar o governo quanto
45 às ações sobre o auxílio emergencial. Dentre outros assuntos, o recebimento do auxílio por
46 parte de famílias de presos e de família de pescadores foi debatido sendo retirado o
47 encaminhamento de consulta ao TSE e ao Dataprev sobre essas situações, em específicos.
48 Também foi informada pela Conselheira Elisabeth Borges a sua participação no lançamento
49 da Rede Internacional do Serviço Social Crítico. Logo após, também foram apresentados
50 pontos pela Comissão de Formação e Comissão de Seguridade Social, conforme seguem
51 relatados. Foi realizada a 1ª reunião entre o Cfess e a Abepss, no dia 03/03/2020 com os
52 seguintes pontos de discussão e **encaminhamentos:** 1) Termo de fomento: Abepss
53 apresentará a prestação de contas da primeira parcela repassada pelo Cfess no valor de
54 \$40.000,00 (quarenta mil reais) como parte de convênio firmado e a justificativa de uso deste
55 valor. Em decorrência da pandemia será realizada reformulação do projeto inicial, devido a ao
56 as medidas sanitárias que proibiram atividades presenciais, provavelmente, haverá alteração
57 de formato do evento e de valor. Sendo estabelecido que a segunda parcela somente será
58 repassada após a recepção das documentações referidas. 2) Plano covid: Articulação Cfess e a
59 Abepss para produção de um memorial, que se trata de uma homenagem de caráter de cunho
60 político e de pesar para com as colegas vítimas da covid-19, além disso, tem-se como objetivo
61 realizar outras ações conjuntas relacionadas ao trabalho das profissionais no atual contexto.
62 Outro ponto tratado em relação a pandemia foi a residência em saúde, tendo sido levantadas

63 algumas questões e sugestões para possíveis ações conjuntas, na perspectiva da unidade entre
64 formação e trabalho, sendo ressaltado que a questão das residências é de formação em
65 serviço. 3) Fórum de Formação e Trabalho: Informes sobre o percurso do Fórum até o
66 momento, com iniciativas positivas e agregadoras, como o espraiamento pelos estados ou
67 regiões, mas que ainda é preciso dar materialidade ao plano de ação, aprovado no encontro do
68 Fórum, que aconteceu no mesmo dia da Oficina Nacional da Abepss em dezembro de 2019.
69 4) Abepss ao Vivo: Trata-se de um projeto que pretende refletir sobre a produção de
70 conhecimento no Serviço Social, sob a forma de *lives* com periodicidade mensal, que iniciará
71 no dia 16/06 e o Cfess foi convidado para a edição de abertura, nessa data, será representado
72 pela presidente Beth Borges. 5) Informes: “curricularização” da extensão: solicitado
73 contribuição do Cfess, no plano jurídico, com isso, foi solicitado a assessora jurídica Érika
74 que analise o assunto e apresente um posicionamento jurídico para a discussão na Comissão
75 de Formação; Enpess: indicativo de cancelamento do evento devido as condições impostas
76 pela pandemia; SBPC: A Abepss se filiou a SBPC que permitirá aproximação e articulação da
77 área das humanidades na Capes e CNPq; Ação política das esquerdas: preocupações
78 levantadas por parceiras, pois as entidades respondem a demandas das suas funções e é
79 necessário avaliar as articulações para futuros debates e inserções, com estas informações será
80 possível avaliar a viabilidade de participação. Por fim, foi falado sobre um convite
81 direcionado à Conselheira Elisabeth Borges, da Fundação da Getúlio Vargas, para participar
82 de um debate sobre a devolutiva de uma pesquisa sobre os desafios que as trabalhadoras da
83 assistência social do país enfrentam no contexto da pandemia. Data indicada 10/06 (quarta-
84 feira), às 17h30, por meio de plataforma online. **Encaminhamento:** Devido a
85 indisponibilidade da agenda de Beth, o Cfess será representado por Priscilla Cordeiro. Outro
86 ponto, informado sobre o Ofício nº 05/2020 da Anced - Associação Nacional dos Centros de
87 Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED/Seção DCI Brasil), que convidou o Cfess para
88 participar de Oficina de Comunicadoras/es dos Centros de Defesa, nos dias 16 e 17 de junho de
89 2020. A programação contará com a participação de um representante durante o segundo dia
90 da Oficina em formato virtual, na plataforma *Jitsi* (17 de junho, horário das 14h às 16h), com
91 uma exposição de até 30 minutos. Foi aprovada a participação da Conselheira Emilly e dos
92 trabalhadores Diogo e Rafael, que será o representante por ministrar a oficina. **Encaminhamento:**
93 essa participação será informada através do *e-mail* comunicacao@ancedbrasil.org.br ou pelo
94 *Whatsapp* do jornalista Paulo Lago. A Conselheira Elaine Pelaez comunicou sobre o convite
95 recebido pelo Cress/SE, para participar de um debate (oficina) sobre a saúde, que será

96 remetido para o Cfess e discutido por *e-mail*. Outro informe trazido foi pela conselheira Kênia
97 Figueiredo que comunicou sobre convite que recebeu da Abepss para discutir sobre
98 comunicação que será enviado para o Cfess e tratado por *e-mail*. Ela também informou sobre
99 um convite do Centro Acadêmico /UnB para falar sobre o ensino a distância, que também será
100 enviado para o Cfess e discutido por e-mail. Terminado o momento dos informes, a ata do
101 pleno realizado no dia 8 de maio de 2020, pela Gestão "É de Batalhas que se Vive a Vida"
102 (2017-2020), encaminhada por e-mail pela então presidenta Josiane Soares, foi lida e
103 aprovada pelo Conselho Pleno. **Encaminhamento:** Sandra Sempé encaminhará esta ata do
104 dia 08/05 para publicação no site do Cfess e no Portal Transparência. Finda essa parte, foi
105 iniciado o ponto de pauta denominado de PLANO covid-19, por se tratar de ações propostas
106 em todo o âmbito do Cfess para iniciativas relacionadas a ações de mitigação de situações
107 relacionadas a pandemia, com isso, foi elaborado um projeto com ações imediatas, de curto,
108 médio e longo prazo transversais a todas as Comissões. Na sequência, cada Comissão
109 apresentou suas iniciativas e ações que se relacionam a este projeto, sendo iniciada pela
110 exposição de conteúdos relacionados aos encontros regimentais e deliberativos no âmbito do
111 Conjunto que definem ações e fixa o valor das anuidades. Kelly Melatti apresentou a proposta
112 "Os Encontros Regimentais em Tempos de Pandemia" elaborada pela conselheira Francielli
113 Borsato, a partir de discussões realizadas no dia 02 de junho para trata especificamente deste
114 assunto com a participação das conselheiras Beth Borges, Kelly Melatti, Dácia Teles,
115 Francielli Borsato, Lylia Rojas, Carla Pereira, Ruth Bittencourt e das Assessorias Cristina
116 Abreu, Adriane Tomazelli e Vitor Alencar. Esses conteúdos foram aprofundados e
117 sistematizados para submissão ao pleno pelas conselheiras Kelly, Lylia e Francielli.
118 Inicialmente, foi posto como desafio o fato de que diante da pandemia decorrente do covid-19
119 e de medidas de isolamento como principal recomendação para seu enfrentamento, não será
120 viável garantir nos moldes até então praticados o processo democrático decisório do Conjunto
121 Cfess-Cress. Dada essa impossibilidade de encontros presenciais em 2020 nos moldes
122 tradicionalmente praticados, como são os encontros deliberativos previstos no Estatuto do
123 Conjunto (Encontros Regionais, Encontro Nacional e Assembleias), foram apresentadas
124 algumas propostas. Das possibilidades para respondermos a estes limites postos pela
125 realidade, foram trazidas três propostas, conforme seguem: proposta 1 – Deliberar em pleno
126 do Cfess, em caráter excepcional, pelo cancelamento da realização em 2020 dos Encontros
127 Descentralizados, Encontro Nacional e Assembleias dos Cress. A base legal de sustentação: a)
128 Decreto Legislativo nº 6, de 2020 – Estado de calamidade pública até dezembro de 2020; b)

129 Estatuto do Conjunto – Competências do pleno previstas no Art. 6, XXXIV - resolver os
130 casos omissos deste Estatuto; proposta 2 – Com o compromisso Democrático, apresentar em
131 substituição ao cancelamento dos encontros deliberativos instituídos no âmbito do pleno, a
132 seguinte metodologia: um quadro com cronograma com atividades, datas e responsáveis. No
133 que tange a proposta de aprovação das anuidades, foram apresentadas 03 hipóteses:
134 HIPÓTESE 1 – Cfess aprovar no pleno (após consulta da reunião deliberativa) o reajuste, com
135 base no INPC, dos patamares (mínimo e máximo); os Cress definem o valor de anuidades
136 para 2021 em Pleno (isso não impede os Cress de realizarem atividades consultivas *online*
137 com os assistentes sociais). Estratégias: tornar amplamente pública a recomendação e
138 justificativa do Cfess para o reajuste com base no índice do INPC. Riscos: alguns Regionais
139 não reajustarem e prejudicar a arrecadação no futuro; HIPÓTESE 2 – o Cfess aprova no Pleno
140 o congelando da anuidade e com proposição de cumprimento pelos Cress. Riscos: os
141 Regionais entrarem na justiça para garantir o direito de definir anuidade; HIPÓTESE 3 – o
142 Cfess aprova os patamares (mínimo e máximo) da anuidade pelo Pleno e indica aos Regionais
143 a decisão/referendo em Pleno ou em outro espaço de consulta da base o *ad referendum*.
144 Também foram trazidas questões que precisam ser definidas: 1 – apreciação desta proposta de
145 metodologia; 2 – definir metodologia e instrumentos para coleta de levantamento para
146 construção das propostas, a partir dos temas aprovados no 46º. Encontro Nacional realizado
147 em 2019 com o fim de indicar alguns objetivos estratégicos de abrangência nacional; 3 -
148 definir número de participantes por Cress, tanto para a reunião nacional, quanto para as etapas
149 posteriores referentes a metodologia de condução. Devido à relação entre a apresentação
150 finalizada, logo após, o assessor jurídico Victor apresentou manifestação jurídica nº 69/2020-
151 V, que foi realizada por demanda da Diretoria e enviada previamente para leitura, sobre o
152 funcionamento das instâncias regimentais do Conjunto Cfess /Cress em decorrência das
153 limitações promovidas pelo novo coronavírus – covid-19. Ao término das apresentações, as
154 conselheiras parabenizaram o GT metodologia e as contribuições da manifestação jurídica
155 sendo levantados vários pontos durante a discussão, os quais seguem alguns do que foram
156 debatidos: rever a data inicialmente indicada para a reunião com os Regionais, com isso, foi
157 sugerido mudança para o dia 27/06; necessidade de considerar que temos um calendário posto
158 pela legislação para cumprimento de medidas, com isso, os prazos são restritos e curtos para o
159 desenvolvimento de todas as ações indicadas, ainda mais ao considerarmos que as gestões nos
160 Cress são novas, como decorrência, talvez caiba ampliar os tempos entre cada ação que temos
161 a realizar; uma dúvida suscitada quanto conceito e função da nomenclatura da “Consulta

162 Pública”, pois podem abranger objetivos que não somente a apreciação de contribuições
163 apresentadas, com isso, é necessária analisar todas as suas condicionalidades e propósitos
164 quando de sua instauração; que a definição da anuidade contará com trocas com os Conselhos
165 Regionais para decidir e lidarmos com o enfrentamentos dos riscos presentes no atual
166 contexto, que decorrem da pandemia e economia do país, assim, precisam ser considerados os
167 aspectos econômicos, jurídicos e políticos; cabe ressaltar nas orientações e comunicados que o
168 Estatuto não sofrerá alteração, mas que será publicada uma normativa específica para legislar
169 sobre uma situação excepcional, que resulta da pandemia no ano de 2020 que nos impõem a
170 necessidade de revermos nossas práticas e propormos eventos que serão válidos neste
171 momento; em 2021, em que pese as incertezas de cenário, se espera que a sistemática dos
172 eventos volte a ser realizada em sua dita normalidade; o debate sobre a anuidade suscita uma
173 análise mais complexa, assim, para se decidir sobre qual decisão tomar, se faz necessária
174 considerar uma série de elementos que se entrecruzam como a precarização do trabalho dos
175 assistentes sociais e a realidade econômica do país; a redução de alguns gastos dos Conselhos
176 relacionadas a rotinas que foram suspensas devido a pandemia; dentro as informações
177 importantes para subsidiar essa tomada de decisão, sem dúvida, há a análise contábil sobre a
178 situação orçamentária e financeira dos Cress e do Cfess nos últimos 3 anos, que deve
179 considerar a saúde financeira e a sustentabilidade das ações e contas dos Regiões em curto,
180 médio e longo prazo, ou seja, não há que se ater tão somente ao ano de 2021; necessidade de
181 aprofundar os estudos sobre estratégias de assegurar a manutenção dos Regionais com
182 dificuldades orçamentárias e financeiras, que dificultam a realização de suas ações precípuas;
183 também foi refletido aspectos da Lei Federal 12.514/2011, que trata da Anuidade e indica que
184 os valores das anuidades serão reajustados anualmente de acordo com a variação integral do
185 Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, sendo certo que uma possível aplicação e
186 recomposição do valor em razão das perdas inflacionárias não impedirão a decisão dos
187 Regionais manterem suas anuidades no valor atual de 2020; também foi recuperado que sobre
188 a anuidade que se tratam de duas etapas, pois se refere a decisão sobre os patamares máximo e
189 mínimo e sobre a aplicação por parte dos Cress, mas cabe considerar que uma possível
190 decisão para não reajustar não garante que os Regionais irão acompanhar, pois tem autonomia
191 para deliberar. Foi ressaltada a importância e necessidade de se inscrever esse debate do valor
192 das anuidades e seus reajustes em análises objetivas, não como uma questão de
193 excepcionalidade, mas balizada por análise orçamentária que considere o equilíbrio das contas
194 e a saúde financeira da entidade. Também foi considerado que, face proposição do

195 cancelamento da assembléia, que o Pleno ser o espaço para definição desses patamares e é
196 fundamental conversar com os Cress sobre a reunião ampliada (que foi sugerido no lugar do
197 Encontro Nacional) e outras possibilidades a necessidade de um estudo para subsidiar os
198 debates e auxiliar a decisão das anuidades, contribuindo com o diálogo com os próprios Cress
199 e com a categoria. Após longo debate, os seguintes encaminhamentos foram realizados e
200 ficaram sob as responsabilidades ADM FIN e GT Metodologia: i. Assessoria Jurídica deverá
201 revisar o texto da Manifestação Jurídica e a proposta de Resolução para o cancelamento dos
202 eventos e demais disposições sobre a fixação das anuidades e do orçamento; ii. aprovada a
203 realização de um encontro virtual do GT Metodologia para realizar as adequações de prazos,
204 metodologia e providências, que serão encaminhados para as contribuições pelos Regionais;
205 iii. Definir a nomenclatura e metodologia sobre Consulta Pública; iv. Firmada a data de
206 reunião com os Cress no dia 27/06; v. providenciar o roteiro e estratégias de diálogos com os
207 Cress acerca do cancelamento dos Encontros descentralizados, Encontro Nacional e
208 Assembléias (tarefas compartilhadas entre as conselheiras para providências de diálogos com
209 os Cress); vi. Dada a logística e estrutura que na reunião com os Cress deverá considerar entre
210 02 a 03 representantes de cada Regional; vii. Enviar ofício para todos os Cress com a proposta
211 de alteração calendário dos encontros; viii. Ressaltar a importância de alinhamento dos
212 conceitos de planejamento estratégico no planejamento do Conjunto; ix. Manter a indicação
213 dos patamares máximos e mínimos pelo Cfess, cabendo aos Cress decidirem pelo
214 congelamento (há que se definir entre não aumentar ou recompor os patamares a partir do
215 índice das perdas inflacionárias conforme a discussão); x. Indicação de fazer uma consulta à
216 Assessoria Contábil sobre a situação financeira dos Cress para substanciar a decisão; xi.
217 Contatar os Cress após o envio do ofício, assim, as conselheiras podem dialogar e explicar
218 quanto a necessidade de direcionamento para definir as participações nos eventos, bem como,
219 indicar que as propostas a serem apresentadas devem dialogar com as disposições presentes
220 nas Bandeiras de Luta do Conjunto, para não se sobrepor/serem repetitivas; xii. Realizar
221 estudo para subsidiar debates sobre a possibilidade de dar suporte aos Cress com menos
222 aporte financeiro e maiores dificuldades. Finalizado este ponto, foi aberta a pauta quanto a
223 PENDÊNCIAS E ENCAMINHAMENTOS DAS COMISSÕES. Esse ponto foi iniciado pela
224 Comissão de Comunicação que apresentou o detalhamento da proposta de memorial, que será
225 uma ação conjunta entre o Cfess e a Abepss com a proposta da publicação de um texto
226 político em comum. Decidiu-se por não criar um *e-mail* específico para o memorial, mas será
227 definido um dia determinado para alimentá-lo. Algo a ser considerado ainda se constará ou

228 não no documento, uma vez que há dúvidas quanto a possibilidade de se levantar esse dado, é
229 sobre a informação da data de falecimento e sobre o campo de atuação em que a/o
230 profissional trabalhava. Encaminhamentos realizados: i. O projeto “Memorial” foi aprovado
231 pelo Conselho Pleno; ii. Os Cress e as conselheiras da gestão buscarão informações dos
232 óbitos, bem como serão recepcionados por *e-mail* (haverá um *link* no site do Cfess que
233 remeterá este campo); iii. Conversar com a empresa responsável pelo site para dialogar sobre
234 uma diagramação distinta. Na sequência, foi apresentada a proposta de VT (forma abreviada
235 de *videotape*) cujo título inicial é “Em defesa da vida: ações do Conjunto Cfess-Cress e os
236 enfrentamentos à pandemia com o tempo” com tempo estimado em 4 minutos. Essa proposta
237 de roteiro (em anexo) foi aprovada com a inclusão das contribuições para serem aprofundadas
238 e trabalhadas na Comissão de Comunicação. Logo após, foi iniciada a fala da Comissão de
239 Formação que tratou do Projeto da “Abepss ao Vivo”, que se trata da organização de “*lives*”
240 organizadas pelos GTPs com temas sobre a profissão, as quais serão realizadas às terças-
241 feiras, sempre às 19h, entre os meses de junho a novembro. Foram sugeridos enquanto
242 possíveis temas: estágio e suas problemáticas, supervisores de estágio (obrigar o supervisor
243 assinar a declaração sem ter supervisionado), estágio *online*, elaboração de relatório pelo
244 aluno em substituição ao estágio. Para o lançamento deste projeto, a Abepss convidou
245 Elisabeth Borges participar da *Live*, no dia 16 de junho. Como **encaminhamentos**: i.
246 aprovada a participação da Conselheira Elisabeth Borges, na *Live* da Abepss, dia 16 de junho,
247 às 19h; ii. responder formalmente ao convite. Outro ponto trazido foi a análise do Parecer da
248 CNE No. 5, de 28.04.2020. **Encaminhamento**: as assessorias especiais e jurídica apoiarão
249 nessa análise. A COMISSÃO DE SEGURIDADE trouxe para apreciação do pleno a
250 possibilidade de participação do CFESS na MARCHA VIRTUAL PELA VIDA - DIA 9 DE
251 JUNHO, ação organizada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), que está sendo adensada
252 por várias organizações e grupos, sendo informado que a Frente Nacional contra a
253 Privatização da Saúde (FNCPS) deliberou por participar. Trata-se de uma mobilização online
254 que pretende dialogar com a sociedade sobre a importância da vida, da ciência, do SUS, da
255 solidariedade, do meio ambiente, da democracia e do respeito à Constituição como
256 fundamentais para os direitos humanos e sociais, em especial no contexto da pandemia de
257 covid-19. Insere-se, assim, também na defesa da democracia e das liberdades democráticas.
258 Após debates, foram realizados os seguintes **encaminhamentos**: i. o Cfess fará adesão por
259 meio do *site*, preenchendo um pequeno questionário. Com essa adesão a entidade estará na
260 lista das participantes da Marcha (*Link*: <https://marchavirtualpelavida.org.br/>); ii. a estratégia de

261 divulgação será pensada pela Comissão de Comunicação, estando a Comissão de Seguridade
262 Social à disposição para os diálogos necessários e contribuições pertinentes. Na condição de
263 informes foi trazido que a próxima reunião remota da Comissão de Seguridade Social será dia
264 09/06/2020 às 18h. Também foi dito que a Comissão de Seguridade Social debaterá a atuação
265 do Cfess na pauta de Portaria GM/MS nº1325/2020 que trata da extinção das Equipes de
266 Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno
267 Mental em Conflito com a Lei (EAP), que compõem o rol de estratégias e serviços no âmbito
268 da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade no Sistema
269 Prisional (PNAISP) do Sistema Único de Saúde (SUS). Até o momento, o Cfess participa
270 deste debate por meio da sua representação na CISM – Comissão Intersetorial de Saúde
271 Mental (representante Regia Prado) e CTAB – Câmara Técnica de Atenção Básica
272 (conselheira Elaine Pelaez) do CNS – Conselho Nacional de Saúde. O Mecanismo Nacional
273 de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) manifestou preocupação, solicitou informações
274 ao CNS e serão pensadas articulações com tal órgão e CNDH – Conselho Nacional de
275 Direitos Humanos no sentido da adoção de medidas para o fortalecimento da atenção à saúde
276 pública destinada às pessoas privadas de liberdade, em consonância com o preconizado pela
277 Constituição Federal e SUS. O tema será pauta da reunião da CISM dia 08/06/2020. Findo
278 este ponto, a COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA iniciou a sua pauta com a
279 recomposição da Comissão Gestora de Fundo de Apoio, que tem uma perspectiva de
280 solidariedade do Conjunto. Esse grupo será formado pelos Cress: TO, CE, SC, ES, DF e por
281 03 conselheiras e uma suplente do Cfess: Conselheiras Mauricleia, Dilma, Priscilla, Carla
282 (suplente). Dada a ausência de Priscilla na parte da tarde, Maria (coordenadora da COFI)
283 verificará com ela sobre sua disponibilidade de ser a representante da Comissão neste grupo.
284 Também foi apresentada a recomposição da Comissão Lei da Transparência. Estavam
285 indicadas Alessandra Dias e Emilly Marques, que explicou que, na condição de coordenadora,
286 havia se colocado no pleno do dia 30/5 para verificar dentro da Comissão de Comunicação,
287 quem poderia assumir essa tarefa. Ocorre que em reunião dessa Comunicação, mas informou
288 que a explicação dos objetivos e das tarefas realizadas, embora tenham ficado ancorados na
289 Comunicação, que dada a natureza teria relação direta com a ADM FIN. Com isso, foi trazida
290 esse debate para que o Pleno possa definir essa recomposição. **Encaminhamentos:** i. Depois
291 de muitas reflexões, foi mantida a permanência de Alessandra Dias e agregado o nome de
292 Dilma Franklin para que componham esse grupo. ii. Formalizar e publicar a composição.
293 Sobre o **GT Sistema eleitoral** para as eleições extraordinárias em SP (Seccionais Santos,

294 Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Presidente Prudente) e na
295 Paraíba (Seccional de Campina Grande) foi proposto Termo Aditivo para a contratação de
296 serviço de envio de senhas provisórias por SMS, pois nas eleições ordinárias, foi uma
297 estratégia que agilizou o processo de cadastramento e recepção das senhas por parte da
298 categoria. Foi informado que a empresa SCYTL enviou proposta no valor de R\$ 6.562,50
299 para emissão de 10.000 SMS. Após debates, foram realizados os **encaminhamentos**: i.
300 Aprovado pelo Conselho Pleno o Termo Aditivo com a Empresa SCYTL para a contratação
301 do serviço de envio de senhas provisórias por SMS; ii. Haverá reunião entre o GT Sistema
302 Eleitoral com a Empresa SYCTL, no dia 8 de junho, às 17h; iii. Adotar providências devidas
303 junto a Comissão Permanente de Licitação (CPL). Foi feito o intervalo para o almoço às
304 12h33min. Conforme o combinado, o grupo retomou os trabalhos da parte da tarde, às
305 13h30min. A conselheira Priscilla informou a necessidade de se ausentar nesta parte da tarde,
306 do mesmo modo, a assessora especial Cristina Abreu. Os debates foram retomados pela
307 Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) tratando das pendências do Plano covid com a
308 apresentação do Parecer jurídico Nº 06/2020-E pela assessora jurídica Érika Lula sobre assunto
309 versava sobre “Ausência de Equipamentos de Proteção Individual – EPI para assistentes
310 sociais. Medidas jurídicas cabíveis”. Após a leitura, debates e informações devidas, foram
311 realizados os seguintes **encaminhamentos**: i. Aprovado pelo conselho pleno; ii. Remeter
312 parecer aos Cress com ofício, situando as orientações com fundamentos elencados neste
313 documento; iii. Enviar ofício à Anvisa, com solicitação de imediata alteração da redação da
314 Nota Técnica nº 04/2020, para expressamente constar a impossibilidade de uso de máscaras
315 de tecido por assistentes sociais, e a necessidade de utilização de EPI para todos os
316 atendimentos, sejam eles de pacientes ou familiares, diagnosticados ou não com covid-19; iv.
317 Reorganizar reunião com Cofiss dos Regionais; v. Retomar as providências para a realização
318 da reunião com as entidades sindicais que serão organizadas pela Comissão de Seguridade.
319 Na sequência, foi lida uma proposta de resposta a mensagem dos Agentes Fiscais que
320 enviaram para o Cfess como segmento sem passar pela direção dos Cress, assim, seria
321 encaminhada no formato de ofício da Cofi/Cfess. Não houve desacordo com o texto da nota,
322 todavia foi salientado o cuidado para não desautorizar as direções dos Regionais que estão
323 assumindo agora junto aos seus trabalhadores/as. Desse debate resultou o seguinte
324 **encaminhamento**: i. O conteúdo da nota pode ser aproveitado na discussão do Seminário da
325 Cofi, mas é necessário amadurecer outras estratégias de responder à questão e pensar essa
326 relação de trabalho nos Cress como um todo, pois na rotina, também precisará ser pensado

327 como se dará a atuação de trabalhadores que atuam direto no atendimento, como são
328 trabalhadoras/res do Setor de Registro; ii. Buscar identificar formas como os Cress estão se
329 planejamento e respondendo as demandas dos seus trabalhadores/as, não apenas das agentes
330 fiscais. Conforme previsão o ponto da apresentação das atribuições das assessorias foi aberto
331 e foi definido que a sequência dos debates seria Comunicação, Jurídica e as Especiais. Com
332 isso, foi iniciada a apresentação das ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO (slides em
333 anexo). Rafael Werkema iniciou informando que a assessoria de comunicação é responsável
334 por planejar e elaborar estratégias e executar ações na área de comunicação do Cfess, com o
335 objetivo de estabelecer um diálogo com os diversos públicos de interesse (categoria,
336 sociedade, Conjunto, trabalhadores/as) e sobre o papel do Cfess e do Serviço Social. Tudo
337 relacionado à comunicação acaba passando pela assessoria. O trabalho se fundamenta no
338 projeto ético-político do Serviço Social e possui como base concreta a Política de
339 Comunicação (3ª edição - 2016). Assim, busca: ampliar o acesso à informação qualificada
340 sobre as pautas e as lutas da categoria; dar visibilidade à profissão, afirmando a imagem do/a
341 assistente social em sintonia com o projeto ético-político; buscar que a sociedade compreenda
342 a importância do serviço social; levantamento da bandeira da comunicação como direito
343 humano. Foi explicado que o entendimento do trabalho ultrapassa a perspectiva executora de
344 tarefas e tem a ver com planejamento, organização de conteúdo, elaboração de planos de
345 comunicação; ainda tem como responsabilidade a administração de alguns dos principais
346 canais de comunicação o que contribui para análise e planejamento de ações. Foi trazido que
347 pode se esperar da assessoria: comprometimento com o Projeto ético-político profissional e as
348 Bandeiras de Luta e o constante aprimoramento técnico no sentido de buscar novas formas de
349 comunicação e diálogo. Atualmente, esse trabalho é realizado por dois profissionais, sendo
350 um profissional com formação superior em comunicação social/jornalismo e técnico em
351 comunicação visual, que ocupa o cargo comissionado de assessor de comunicação desde
352 2010; e por um profissional com formação superior em comunicação social/jornalismo,
353 concursado, que ocupa o cargo de jornalista desde 2010. Das atribuições mais gerais foi
354 trazida a assessoria e orientação à diretoria do Cfess em relação a TODAS as questões que
355 envolvam a comunicação interna e externa da instituição; articulação e apoio às demais
356 comissões do Cfess; produção de conteúdo para atualização do site e monitoramento das redes
357 sociais; cobertura jornalística (texto e fotos) e transmissão *on-line* de eventos e encontros do
358 Conjunto Cfess-Cress; produção de *briefings* e acompanhamento de serviços de comunicação
359 contratados; acompanhamento/produção de publicações impressas; resposta aos *e-mails*

360 relacionados às demandas de comunicação e acompanhamento de notícias que possam gerar
361 pautas. Como dificultadores do trabalho foram trazidos os furos do fluxo de trabalho entre as
362 conselheiras/comissões; a alienação do trabalho; a dificuldade em colocar em pauta o estudo e
363 planejamento sobre a comunicação e suas mídias (ausência de monitoramento do alcance);
364 desgaste da relativa autonomia profissional e ampliação das atribuições sem organização ou
365 aumento do quadro de trabalhadores. Quanto as expectativas, foi apontado que seria ampliar
366 nosso diálogo e aproximação com a categoria; e amplificar a voz da categoria para fora da
367 profissão. Finda essa apresentação, coube a vez das **ASSESSORIAS JURÍDICAS** que foi
368 realizada por Sylvia Terra, que explicou que esse trabalho é realizado por três assessores
369 através de duas contratações de pessoas jurídicas, que se dá por dispensa do processo
370 licitatório por notória especialização que se trata da Empresa Alencar e Medeiros Associados
371 com os assessores jurídicos do Vitor Alencar e Érika e a empresa Terra e Baldin da assessora
372 jurídica Sylvia que tem funcionaria Nayara que ajuda nas pesquisas e síntese dos recursos
373 éticos. Independente da Comissão em que estão vinculadas, as assessorias desenvolvem as
374 mesmas rotinas de atividades: a emissão de pareceres jurídicos sobre todas as temáticas;
375 participação nas reuniões do pleno e em eventos; das demandas que surgem da comissão, do
376 conselho pleno, de alguma conselheira específica sobre alguma matéria de interesse do
377 conselho. O trabalho é realizado quase que 70% de modo virtual. Sendo que alguns pareceres
378 são submetidos a apreciação do Conselho Pleno, outros não são submetidos, pois podem ser
379 apreciadas somente no âmbito da Comissão e não precisam ser submetidos a apreciação do
380 Pleno, mas o que são gerais são levados. Também foi explicado que as assessorias não podem
381 ser suscitadas diretamente pelos Cress tendo em vista o Cfess ser uma instância recursal,
382 mesmo quando acionados por funcionários e por conselheiras, mas para que isso ocorra
383 depende da Comissão definir que esse objeto de consulta precisa de parecer. Quando ocorre
384 de algum Cress encaminhar matéria que não são de competência do Cfess são orientados do
385 ponto de vista abstrato e possíveis encaminhamentos, mas as questões concretas devem ser
386 dirimidas no âmbito das Regionais. Também foi trazida que quando se trata de interpretação
387 de norma passa a ser competência do Cfess. Sobre a dinâmica de trabalho, foi dito que é
388 realizado individualmente, conforme as Comissões a que estão dedicados: Sylvia Terra –
389 assessora a Comissão de Ética e Direitos Humanos e responde por todos os processos e
390 recursos éticos; Vitor Alencar – assessora a Comissão Administrativa Financeira e processo
391 eleitoral; e Erika Medeiros – assessora a Comissão Orientação e Fiscalização (Cofi), a
392 Formação e de Seguridade Social. Das dificuldades foram trazidas: ausência de apropriação

393 da totalidade dos assuntos relativos ao Cfess e que isso interfere, pois possuem uma
394 contribuição político a dar; ausência de procedimentos e fluxos administrativos para questões
395 do jurídico e do processo ético/recursos. Por fim, foi trazido o trabalho realizado pelas
396 ASSESSORIAS ESPECIAIS, que falaram que essa função foi criada na estrutura do Cfess a
397 partir de junho/2008 como um Cargo em Comissão de livre provimento CLT para
398 cumprimento da carga horária de 30 h/semanais. Foram descritas as atribuições detalhadas
399 que constam no PCCR (Resolução 510/2007 e alterações posteriores). Hoje há três Assessoras
400 Especiais que se organizam em apoio às Comissões e Diretoria da seguinte forma: Adriane
401 Tomazelli na Comissão de Ética e Direitos Humanos (Cedh) e Administrativo Financeiro
402 (ADM FIN), horário: 13h às 19h; Cristina Abreu na Comissão de Orientação e Fiscalização
403 (Cofi) e FORMAÇÃO e Relações Internacionais, horário de 14h as 20h; e Zenite Boga na
404 SEGURIDADE SOCIAL, no horário de 14h às 20h. Quanto à dinâmica do trabalho foi
405 informada que participam: de reuniões do Conselho Pleno e outras para as quais forem
406 convocadas (no último ano foi estabelecido um rodízio entre as assessoras em relação à
407 participação nos Plenos realizados nos sábados e domingos); de reuniões das Comissões e
408 Grupos de Trabalho (GTs), subsidiando em relação às temáticas em discussão; realizam
409 levantamento e analisam informações, com vistas fomentar o debate, auxiliar na realização de
410 estudos de temáticas de interesse da agenda política do Cfess; acessam diariamente as
411 mensagens recebidas por *e-mail* institucional do Cfess sobre consultas diversas, oriundas da
412 categoria em geral, dos Cress, de entidades diversas ou pessoas, sobre assuntos relacionados à
413 profissão, à entidade; para algumas consultas já se tem respostas padronizadas (dada a sua
414 recorrência); a depender do assunto, as demandas são encaminhadas às conselheiras para
415 análise e formulação da resposta; organizam junto com a empresa contratada e comissão
416 organizadora, os eventos nacionais promovidos pelo Cfess ou em parceria com outras
417 entidades/ movimentos (articulação com empresa de eventos, envio de planilha de serviços
418 definidos pela comissão organizadora, articulação com palestrantes após convite do Cfess,
419 orientações complementares sobre a organização do evento, solicitação de textos para
420 publicação, articulação com a comissão de comunicação nas questões relativas a inscrição de
421 participantes, material de divulgação, artes gráficas, prestação de contas; e elaboram o
422 relatório final; acompanham e executam as deliberações e encaminhamentos oriundos das
423 Comissões, dos GTS e do Pleno e do Encontro Nacional; participam de reuniões institucionais
424 quando demandadas pela direção; organizam e sistematizam materiais recebidos dos Cress
425 e/ou outros, quando solicitadas contribuições; elaboram minutas de respostas e/ou

426 posicionamento do Cfess, encaminhando à direção para análise e tomada de decisões; também
427 são designadas como fiscais de contratos celebrados entre o Cfess e prestadores de serviços
428 diversos; e elaboram as memórias das reuniões do Conselho Pleno, encaminhando-as para
429 conselheiras/o para revisão e finalização. Como as sugestões para aprimorar a dinâmica do
430 trabalho da assessoria especial indicam: definição de prioridades, entre as coordenações de
431 comissões; pactuação sobre os encaminhamentos de demandas que surgem fora do horário de
432 trabalho, bem como sobre a condução de demandas/ações que não dão da competência da
433 assessoria; sugestões de aprimoramento do fluxo de demandas e encaminhamentos; definição
434 da/o fiscal de contrato, em consonância com as competências do cargo; e avaliam a
435 importância do acompanhamento, pela assessoria, dos debates de outras comissões/setores,
436 com vistas à compreensão da totalidade de ações do Cfess. Também foi trazida a importância
437 de regulamentação das folgas. Após isto, foram trazidos como **encaminhamentos:** i.
438 Considerar as sugestões de aprimoramento apresentado pelas assessorias e construção coletiva
439 de processo de trabalho; ii. Analisar esta atuação dentro da organização da gestão
440 institucional; iii. Compartilhar o Relatório elaborado pelo assessor Rodrigo sobre os fluxos da
441 documentação no âmbito do Cfess com todos os assessores e trabalhadores; iv. Enviar cópia
442 das apresentações para a coordenadora da ADM FIN e para a conselheira Dácia em razão da
443 elaboração da ata. Com isso, foi iniciada a tratativa das pendências, sendo iniciada pela
444 Seguridade Social, que trouxe o ponto sobre NOTA TÉCNICA SAÚDE DA MULHER E
445 EXONERAÇÕES, sendo ponderado que essa pauta possui interface com a Comissão de
446 Seguridade Social e com Comissão de Ética e DH do Cfess. O Ministério da Saúde (MS)
447 exonerou técnicos da Secretaria da Saúde das Mulheres (Portaria 1489/2020) e Secretaria da
448 Saúde do Homem (Portaria 1490/2020) devido à publicação de Nota Técnica que recomendou
449 a continuidade de assistência à saúde da mulher e que os serviços de violência sexual e
450 abortamento legal, já previstos em lei, fossem considerados essenciais, garantindo o acesso ao
451 atendimento e aos contraceptivos de emergência no contexto da pandemia. Foi apresentada ao
452 Pleno do Cfess a Nota de Repúdio e solidariedade puxada pelo Centro Feminista de
453 Assessoria – Cfemea, Grupo Curumim Gestação e Parto Observatório de Sexualidade e
454 Política – SPW/ABIA, que receberá adesões (nome completo da instituição ou nome pessoal)
455 para angelatdefreitas@gmail.com até hoje, 06 de junho, às 14h, mas foi dialogado para adiar.
456 A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde também debate adesão à tal nota de
457 repúdio. Foi feito o recebimento das notícias por meio das representações do Cfess na
458 Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher - Cismu/CNS (Morena Marques) e no Grupo de

459 Estudos sobre Aborto - GEA (Maria Elisa Braga). A coordenação da Cismu/CNS também
460 buscou diálogo e informa sobre construção de nota do CNS a ser divulgada. Importante
461 mencionar que se trata de uma Bandeira de Luta do Conjunto Cfess-Cress “Defesa da
462 descriminalização e legalização do aborto, considerado questão de saúde pública, direito
463 sexual e reprodutivo das mulheres, com atendimento a ser ofertado pelo SUS e demais
464 políticas”; “Defesa da laicidade do Estado”; defesa do SUS. Como **encaminhamentos:** i.
465 Aprovada a assinatura do Cfess na nota de repúdio e solidariedade; ii. Articular com
466 Comissão de Comunicação uma forma de inserção da notícia no site; iii. Prosseguir com as
467 articulações nos espaços onde o Cfess tem representação para buscar articulações das defesas
468 históricas do Conjunto Cfess-Cress. Outro ponto iniciado foi a Eleição Conselho Nacional de
469 Assistência Social (Cnas) e os informes da Assembléia Eleitoral, que se trata de continuidade
470 ao que dialogado no Pleno anterior (de 30/05/2020). Todas as conversas realizadas desde a
471 pandemia apontavam para adiamento das eleições, mas que o processo eleitoral a distância foi
472 aprovado na última Reunião Ordinária do Cnas, sendo explicado que o Cfess ponderou quanto
473 a necessidade de se ouvir outros sujeitos e até conselhos para ver se era a única saída; trazidas
474 as dificuldades quanto as articulações nessa modalidade e até desigualdades de acesso a
475 tecnologia entre as entidades. Na reunião da Coordenação Nacional do Fntsuas que antecedeu
476 a plenária eleitoral ocorreram muitas tensões. Essa reivindicação de paridade entre conselhos
477 profissionais e entidades sindicais foi novamente desconsiderada, mesmo sob o argumento
478 que dessa forma somente um conselho entraria nas seis vagas. Diante disso, muitos sujeitos
479 verbalizaram indignação no grupo de *WhatsApp* SUAS da Resistência e outros espaços.
480 Pessoas ligadas à assistência que já foram gestoras/res e militantes de fóruns estaduais e
481 outros questionaram a forma que o grupo hegemônico no CNAS conduziu o processo e
482 defenderam a participação do Cfess, outros conselhos e um equilíbrio mínimo entre conselhos
483 e entidades sindicais nas seis vagas do CNAS em jogo no processo eleitoral. Na plenária
484 eleitoral se manteve o “acórdão” por fora e o resultado da Eleição CNAS pleito 2020/2022 foi
485 o seguinte: Sociedade Civil do Segmento Trabalhador: 1º titular - Maria Aparecida (CUT); 2º
486 titular - Marcos Antônio (Fenas); 3º titular - Irene (Confetan); 1º suplente - Larissa (CFP); 2º
487 suplente - Vânia (Fenapsi); 3º suplente - Agostinho (CTB); Sociedade Civil do Segmento
488 Usuários: 1 titular Ecovida / Aldenora; 2 titular ONCB/Beto; 3 titular Forusuas/Aguinaldo;
489 Suplentes - 1 suplente REDLACTRANS/Beth; 2 suplente INAO / Valneide; 3 suplente
490 ABRA/ Telma. Na sequência, foram divulgadas notas do grupo eleito e do Cfess, e
491 nota/manifesto do CNAS (em anexo). Como **encaminhamentos:** i. Enviar Nota do Cfess para

492 conselheiras e anexar à memória e Nota do CNAS; ii. A Comissão de Seguridade Social fará
493 reunião específica para pensar a pauta organizativa na assistência social nos espaços CNAS e
494 Comissões, Fntsuas e outros, em data a ser definida, com a participação de Agnaldo, Priscilla,
495 Kelly (representações atuais do Cfess no Fntsuas), Daniela Castilho, Regia Prado
496 (representações anteriores do Cfess), Magali Regis (candidata no processo eleitoral CNAS
497 2020), coordenação e assessoria da Comissão e outras conselheiras que desejem participar e
498 depois ir ampliando o debate com outras pessoas que fazem o debate da assistência social. Em
499 seguida, foi trazida a atualização do Calendário Cfess que foi apresentado por Franciele a
500 partir do anterior que havia sido aprovado para 2020, no entanto, devido a alteração da gestão
501 e dinâmica de realização virtual foi feita a seguinte proposição quanto ao calendário geral das
502 reuniões do Pleno: **Reuniões Extraordinárias (RE)** - duração de 02 dias: 19 e 20 de junho,
503 28 e 29 de agosto e 27 e 28 de novembro; **Reuniões Ordinárias (RO)** – duração de 04 dias:
504 09 a 12 de julho, 17 a 20 de setembro, 15 a 18 de outubro e 10 a 13 de dezembro. Esse quadro
505 com o cronograma seguirá como anexo para todas as conselheiras e assessorias. Sendo
506 **encaminhado:** aprovação do calendário geral dos plenos e algumas atividades a serem
507 complementadas pelas comissões. Também foi submetida a apreciação do calendário de
508 Comissão de Comunicação por Emilly da forma que segue descrito: das principais datas de
509 lutas que possam dialogar com os profissionais com nossas Bandeiras de Luta: i. Junho: dia
510 07 - lançar Código de Ética Profissional. Inserir ECA e o debate da tortura como chave da
511 síntese, ainda ser considerada a morte de crianças e o extermínio por meio de ausência da
512 política por falta de direitos; ii. Dia 26 – debate da tortura como a chave da síntese – texto
513 inicial elaborado e apresentado por Kênia com o propósito de subsidiar o debate sobre a
514 produção desta data. Com isso, o grupo composto para produção textual por Mauri, Dácia,
515 Emilly e Dilma. O dia 26/06 foi indicado a referência para lançar peças; Julho: considerar o
516 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Encerrado esse ponto, foi indicado o término da
517 reunião do Conselho Pleno, a conselheira presidente Maria Elizabeth Santana Borges fez as
518 considerações finais e, não havendo mais o que tratar, deu a mesma por encerrada às 19h22min com
519 agradecimento a participação e qualidade dos debates realizados ao longo de todo o dia. Nada mais
520 havendo a tratar, na condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles Costa, lavrei a presente
521 ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

522 Brasília, 06 de junho de 2020.

523
524
Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Dácia Cristina Teles Costa
1ª Secretária

jurada - Salas 312/318 - CEP- 70300-902 – Brasília/DF

Fone: (61) 3223-1652 / Fax: (61) 3223-2420

E-mail: Cfess@Cfess.org.br - Home Page: <http://www.Cfess.org.br>